

Salário de servidor

MARIZETE MUNDIM

Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 6 bilhões e renda per capita de US\$ 3.868 — a maior do Brasil, acima mesmo de São Paulo. Estes números, referentes ao DF, são os últimos disponíveis na Codeplan — Companhia de Desenvolvimento do Planalto —, mas já não espelham mais a realidade de Brasília. O inédito arrocho nos salários dos servidores públicos federais — um dos elementos de peso na formação do PIB brasileiro — fará com que a ex-ilha de marajás desponte no próximo levantamento, a ser concluído no início do ano que vem, como ela de fato é hoje: uma cidade de funcionários públicos que ganham mal.

Segundo os dados da Codeplan, 89,1% do PIB do GDF é gerado pelo setor de serviços, onde está incluída a administração pública (basicamente salários pagos aos servidores). Dentro da rubrica “serviços”, os salários dos servidores representam nada menos do que 38,2%. Aí está a chave de porque, no próximo levantamento, a renda per capita da região deverá ficar bem abaixo dos fantasiosos US\$ 3.868. Com uma indústria incipiente (participa apenas com 10,4% na formação do PIB) e uma agricultura insignificante (representa somente 0,5% do PIB), o setor de serviços é, de longe, o maior responsável pelo alavancamento econômico do GDF.

A derrocada nos salários dos servidores públicos federais, acentuada a partir de 1990, com a desastrosa reforma administrativa de Collor, será captada, segundo técnicos da Codeplan, já neste próximo levantamento para apontar a atual renda per capita da região. Somente neste ano, segundo levantamento feito pelo Dieese — Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos — a pedido do Sindsep, os servidores públicos federais do Executivo tive-

ram perdas salariais da ordem de 213,69%. A possibilidade de reposição destas perdas na data-base, em janeiro, é simplesmente nula e a cristalização desta defasagem salarial repercutirá de forma inexorável nos dados pesquisados pela Codeplan.

O trabalho teve o cuidado de não computar, para efeito de formação do PIB do GDF, os impostos arrecadados aqui, por várias estações. É que, como muitas delas têm sede em Brasília, os impostos são recolhidos aqui, fazendo com que o GDF fique em terceiro lugar na arrecadação de impostos federais, apesar de não dispor de uma indústria punjante nem de uma agricultura significativa. Recolhem impostos no GDF pesos pesados da economia estatal, como Banco do Brasil, Banco Central e Petrobrás.

Segundo os técnicos da Codeplan, foi fundamental desconsiderar estas arrecadações na formação do PIB do GDF. Caso contrário, a renda per capita da região ficaria completamente distorcida. Eles também identificaram um problema que prejudica Brasília na hora da distribuição dos recursos federais para as diferentes regiões do País.

É que, pelos critérios do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, a distribuição dos recursos é inversamente proporcional à renda per capita: quanto mais alta a renda, menor o volume de recursos transferidos. Como o GDF tem um PIB alto, pequena população e uma renda per capita elevada, ele acaba recebendo uma fatia menor do Fundo de Participação dos Estados e Municípios do que deveria. Chegou-se a encaminhar uma sugestão para criação de um Fundo Especial para o Distrito Federal, mas com a prevista queda da renda per capita, em função do arrocho salarial dos servidores e a substituição da “ilha da fantasia” pela cidade real de burocratas mal remunerados, talvez isso nem seja mais necessário.

acaba com ‘ilha da fantasia’